



## **XII MANDATO**

### **ATA 84/2021**

#### **Reunião ordinária pública de 11 de janeiro de 2021**

Ao décimo primeiro do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se, por videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 24º A do Código do Procedimento Administrativo, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 72/2020, de 16 de novembro, a reunião ordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e da Sra. Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU), em substituição do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU), na sequência de comunicação dirigida pelo próprio ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, no passado dia 4 de janeiro de 2021, nos termos do artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada, respeitando a ordem da respetiva lista, após a renúncia de três elementos.

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 09:30, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

#### **-----ORDEM DO DIA-----**

#### **-----DELIBERAÇÕES-----**

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2020 NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 23 de outubro de

dois mil e dezassete - **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 2020. -----**

**ALTERAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, ANEXA AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:**

Da Vereadora Sameiro Araújo submetendo à consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta de alteração da Tabela de preços e outras receitas municipais, nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 33º da lei nº75/2013 de 12 de setembro a seguinte proposta: «-O regime jurídico das autarquias locais encontra-se estatuído na Lei nº75/2013 de 12 de setembro; -A saúde, os tempos livres e o desporto constituem atribuições das autarquias locais, estando elencados nas alíneas f) e g) do nº2 do artigo 23º da referida Lei; -As autarquias locais possuem competências para “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças (alínea u) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013); -O Município de Braga suporta um custo pelos serviços em causa, pelos quais deve fixar um preço, que não deve ser inferior ao custo, nos termos do disposto no nº1 do artigo 21º da Lei nº73/2013n de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais); -No âmbito das suas atribuições e competências (alíneas f) e g) do nº2 do artigo 23º da Lei nº75/2013 e alínea u) do nº1 do artigo 33º da lei nº75/2013), o Município de Braga disponibiliza também equipamentos para a prática do desporto, que acarretam igualmente custos para o erário público municipal, tais como piscinas, campo de basquetebol, etc., estando por isso igualmente obrigado a cobrar preços pela sua utilização por parte dos munícipes; -O estado de pandemia e as diversas orientações promovidas pela Direção Geral de Saúde (DGS) no âmbito desportivo e de higienização de espaços públicos, implicam alterações significativas ao normal funcionamento das instalações desportivas e programas desportivos municipais que nelas decorrem; -O novo sistema de gestão de acessos ao Complexo Desportivo da Rodovia, de âmbito informatizado, possui implicação direta na emissão de cartões de acesso junto dos utentes desta instalação desportiva; Assim, competindo ao Órgão Executivo a fixação de preços ao público pelos serviços municipais (alínea e) do nº1 do artigo 33º da lei nº75/2013 de 12 de setembro), propõe-se a aprovação das seguintes alterações à Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais»-----

A **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)** pediu a palavra para solicitar esclarecimentos quanto à proposta em votação, uma vez que o texto de explicação que motivou a alteração à tabela de preços, refere a emissão de cartões (relacionada com a implementação do novo serviço informático). No entanto, a única alteração que vislumbra na tabela é referente a uma outra, já introduzida em 2020 e apenas na emissão da 2.ª via dos cartões de acesso e entrada no complexo desportivo da rodovia, que consubstancia um aumento de 0,05€; no entanto, esta alteração de preços já foi refletida na tabela afixada para 2021, já aprovada e



publicada. Pelos referidos motivos, entende que não é de fácil perceção o que está efetivamente hoje a ser votado. A **Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente Sameiro Araújo (Coligação Juntos por Braga)** esclareceu que esta proposta visa, essencialmente, uma agilização no que toca aos preços cobrados, arredondando-os, para baixo. Tendo a tabela sido atualizada com os índices da inflação em 2020, o que agora se propõe é que, ao invés de sofrer uma nova atualização nos mesmos moldes, se volte a adotar a tabela vigente em 2019; além disso há de facto novas valências, sendo disso exemplo os cartões de acesso às piscinas. A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)** agradeceu a explicação, referindo, no entanto, que a proposta apresentada não a representa, voltando a referir que o preço dos cartões está igual ao anteriormente aprovado, publicado e já em vigor, e quanto aos arredondamentos não consegue fazer uma leitura integrada pela tabela enviada, motivo pelo qual solicita que se verifique junto dos serviços se não existiu algum lapso com a tabela enviada.

**A PROPOSTA FOI RETIRADA PARA CONFIRMAÇÃO DOS VALORES INDICADOS E OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DOS SERVIÇOS E POSTERIOR SUBMISSÃO AO EXECUTIVO MUNICIPAL.** -----

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O CAMINHO MINHOTO RIBEIRO:** Do Sr. Vereador Altino Bessa, com a área de responsabilidade do Turismo, submetendo para conhecimento do Executivo Municipal o Protocolo de Colaboração para o Caminho Minhoto Ribeiro, celebrado entre os Municípios de Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Vila Verde e Braga, que tem por fim o compromisso de estudo de uma rota de interesse histórico e cultural intermunicipal denominada «Caminho Minhoto Ribeiro», outorgado no âmbito das atribuições próprias dos Municípios, estabelecidas na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 13 de setembro, e do despacho de delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara, de 13 de novembro de 2019.-----

O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** tomou a palavra para referir que a informação rececionada pelos Vereadores é manifestamente insuficiente para perceber a dimensão e importância deste Protocolo. Pelo que entendeu, trata-se da reposição de um dos caminhos de Santiago, que une Braga a Santiago de Compostela; para os Vereadores do PS, a proposta foi insuficientemente apresentada para que se percebesse efetivamente o que é o Caminho Ribeirinho, considerando que deveria também ter existido alguma articulação com a Vereadora da Cultura. O **Sr. Presidente** passou a palavra ao **Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos por Braga)** que explicou que este é um projeto que envolve alguns Municípios, e que tem uma forte componente turística, para além da religiosa, tendo o Protocolo sido assinado pelos representantes de todas as Câmaras por onde passa o caminho, tendo na cerimónia de assinatura do protocolo contado com o "apadrinhamento" da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Turismo, tendo já sido rececionado pelo Município de Braga o documento do Cabido da Sé Catedral de Santiago de Compostela que valida este caminho como oficial (sendo este reconhecimento importante na medida em que, quem fizer o caminho poderá obter um

diploma). Este caminho teve um enquadramento histórico, realizado por um Professor da Universidade de Santiago de Compostela, de onde resulta que a origem e início do caminho é precisamente a cidade de Braga. Com este protocolo o nosso Município apenas se compromete, nesta fase, a dar um impulso, sob o ponto de vista da divulgação e valorização do caminho. **A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS SUBSOLO ESPAÇO PÚBLICO:** Do Sr. Vereador João Rodrigues, com a área de responsabilidade da Gestão e Conservação do Espaço Público, submetendo à consideração do Executivo Municipal a abertura do período de consulta pública do projeto de Regulamento das Infraestruturas em subsolo do espaço público, pelo período de 30 dias úteis, conforme previsto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, nos seguintes termos: «Tendo sido aprovado pela Câmara Municipal, o início de procedimento de revisão regulamentar relativo à gestão de espaço público, estabelecendo, nomeadamente as normas que devem regular as intervenções em espaço público para estabelecimento das redes de comunicações eletrónicas, não se constituíram interessados em tal sede. Após estudo técnico e normativo da matéria em causa, chegou-se à redação do texto que agora se propõe que seja submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. Posteriormente à aprovação do Executivo Municipal da submissão a consulta pública do projeto de regulamento, deverão ser notificadas as entidades representativas dos interesses envolvidos, para que possam vir apresentar os seus contributos, cuja pertinência auxiliará na elaboração de um regulamento ajustado à realidade». O **Sr. Vereador João Rodrigues (Coligação Juntos por Braga)** fez um enquadramento da proposta apresentada ressaltando os aspetos mais importantes do documento apresentado: desde logo, as normas já existentes aplicáveis às empresas de distribuição de comunicações eletrónicas, passam agora a aplicar-se a um universo mais vasto, nomeadamente distribuidoras de energia, gás e eletricidade, água e resíduos. Ademais, o regulamento vem facilitar a vida quer ao Município quer aos privados: ao Município na medida em que agiliza, o procedimento e a atividade da fiscalização, e aos privados porque lhes permite uma atuação com maior segurança jurídica. No texto deste regulamento conseguiu prever-se de forma quase exaustiva as situações que possam vir a ocorrer no dia a dia, o que só pode traduzir-se em vantagens. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** saudou o trabalho realizado, considerando que faltava ao Município um documento com esta abrangência, que veio assim a colmatar uma lacuna que existia no Município. **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO**



(COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.<sup>a</sup> VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DO SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.<sup>a</sup> VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.<sup>a</sup> VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS); ABSTEVE-SE A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). -----

**MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A PLURAL ENTERTAINMENT PORTUGAL S.A.:** Submete-se à consideração do Executivo Municipal a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Braga e a Plural Entertainment Portugal S.A., nos seguintes termos: « O canal de televisão TVI - Televisão Independente S.A. manifestou formalmente interesse em adjudicar à PLURAL Entertainment Portugal S.A. a produção da telenovela "Para a Vida Toda", para que a mesma seja por si transmitida; - A PLURAL Entertainment Portugal S.A. já formalizou a encomenda do argumento da telenovela, a ser parcialmente rodada no Concelho de Braga, e muitos dos episódios com cenas gravadas na cidade de Braga; – Nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas o), u) e ff), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal de Braga deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município, apoiar atividades de natureza social, cultural e recreativa de interesse para o Município, e promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; O Protocolo de Cooperação a celebrar estabelece a cooperação a prestar e as responsabilidades assumidas por parte do Município de Braga, entre as quais se encontra determinada a concessão à PLURAL Entertainment Portugal S.A. de um apoio financeiro no montante de 30.000,00€ (trinta mil euros e zero cêntimos), para compartilhar nas despesas referentes ao alojamento da equipa de gravação da telenovela, bem como a isenção da PLURAL Entertainment Portugal S.A. de taxas municipais para as gravações (inerentes à emissão das licenças de ruído, ocupação da via pública e do recinto improvisado), até ao valor máximo de 10.000,00€ (dez mil euros e zero cêntimos), Assim, Submete-se à apreciação e aprovação da Câmara Municipal a Minuta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Braga e a Plural Entertainment Portugal S.A., que se anexa.»- **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.**-----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

O **Sr. Presidente da Câmara** explicou à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Bárbara Seco de Barros da CDU, em que consistem as declarações de voto, dando nota de que, por uma questão de procedimento, as declarações de voto estão sujeitas a integração na agenda de trabalhos.

Esclarecida, tomou a palavra, a **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)** expôs a sua questão relacionada com o Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Braga, começando por dizer que a CDU não partilha a opinião daqueles que responsabilizam a Câmara Municipal de Braga, nem pelo estado a que as instalações do TAF chegaram, nem pelo atraso nas obras no edifício dos Granjinhos, onde será a sala arrendada pelo Ministério da Justiça para albergar o Tribunal de Menores; para a Sr.<sup>a</sup> Vereadora essas responsabilidades devem ser imputadas ao Ministério da Justiça, que é a entidade que tem tutela para resolver a situação. A declaração apresentada, que será então votada na próxima reunião do Executivo Municipal, recomenda à Câmara Municipal que possa desenvolver as necessárias diligências junto da Administração Central, nomeadamente do Ministério da Justiça, para que se acelere a adaptação da referida sala e do espaço que vai albergar o TAF e que manifeste disponibilidade de colaboração com este Ministério para que se encontre uma solução temporária que permita ao Tribunal realizar toda a sua atividade no Município de Braga e não que seja separada a atividade entre dois Municípios, que neste caso se tratam de Braga e Famalicão. O **Sr. Vereador do Artur Feio (PS)** concordou com a Sr.<sup>a</sup> Vereadora da CDU, na parte em que considera não ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Braga intervenções neste domínio, questionando, no entanto, o Sr. Presidente sobre o porquê de o Município não ter encontrado um espaço onde se pudesse instalar o funcionamento pontual do TAF. O **Sr. Presidente da Câmara** começou por explicar que existe uma triangulação de circunstâncias que envolve várias instâncias judiciais, todas elas em condições muito precárias no nosso concelho: não se trata apenas do caso do Tribunal Administrativo que desde há muitos anos a esta parte está a funcionar num edifício de habitação, mas também do Tribunal de Família que está em condições ainda mais precárias e que antes do período pandémico invocava já questões de salubridade, havendo ainda uma terceira valência, que é o Tribunal do Trabalho que está neste momento a laborar em instalações que pertencem à Comunidade Intermunicipal, daí que num passado recente o Ministério da Justiça tenha apresentado uma proposta para intervenção do Tribunal sito na Praça da Justiça para poder acolher as valências do Tribunal de Família e do Tribunal de Trabalho, a curto prazo. Esse projeto está em desenvolvimento, tendo sido aprovado pelos serviços urbanísticos da Câmara Municipal, faltando agora a vontade política para avançar concretamente com esse projeto. Relativamente ao Tribunal Administrativo, o **Sr. Presidente** esclareceu que não houve nenhuma pré-abordagem a solicitar apoio. Expôs ainda o **Sr. Presidente** que quando foi contactado pela Sr.<sup>a</sup> Presidente do Tribunal Administrativo, esta lhe



comunicou a opção que teria surgido, de aproveitar as instalações da Câmara Municipal de Famalicão, que são umas antigas instalações de um Tribunal, estando já infraestruturadas enquanto sala de audiências, para, transitoriamente, e apenas para julgamentos de maior dimensão, poderem funcionar nesse local. De imediato o Sr. Presidente apresentou espaços alternativos como o Altice Forum Braga (que pela sua amplitude teria mais versatilidade para acolher essas iniciativas), mas também foram apresentados outros espaços, ao que a Sr.<sup>a</sup> Presidente do Tribunal Administrativo terá respondido que não seria necessário apresentar essas alternativas, uma vez que iriam para Famalicão, para um local que tem todas as condições já perfeitamente adequadas, não requerendo nenhum investimento da parte do TAF, não sendo necessário instalar equipamentos de som, estando aquele local perfeitamente dotado de todas as condições, e cuja utilização seria apenas transitória. Perante estes factos, não houve margem para o Município de Braga poder contrapor qualquer alternativa que pudesse responder às necessidades. Mais esclareceu o **Sr. Presidente** que a informação que foi veiculada é errónea, na medida em que transmitia que a totalidade do Tribunal ia ser transferida para Famalicão, o que não corresponde à verdade, nem pode acontecer, até que o Ministério da Justiça decida nesse sentido, uma vez que a sede do Tribunal Administrativo é obrigatoriamente na cidade de Braga. O que houve foi uma decisão do TAF, que terá sido validada pelo Ministério da Justiça, reiterando o Sr. Presidente que da parte da Câmara Municipal há toda a disponibilidade, como houve desde o início, para encontrar outras alternativas. Concluiu o **Sr. Presidente** a propor que na “declaração de voto” a apresentar pela CDU, seja enfatizada uma outra dimensão que é da aceleração de ampliação do Palácio da Justiça, de maneira a que as valências do Tribunal de Família e do Tribunal de Trabalho possam aí ser instaladas nas condições condignas o mais depressa possível. A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros** referiu que, face aos esclarecimentos hoje prestados pelo Sr. Presidente, irá fazer uma proposta, para que então estejam reunidas as condições para a votar na próxima reunião de executivo. -----

Pelo **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** foram ainda abordados mais três temas: o primeiro trata-se da elevada degradação (vulgo buracos) nas vias de maior circulação, nomeadamente na Av. Frei Bartolomeu dos Mártires (nomeadamente entre o Minho Center e a rotunda das Piscinas), na rotunda do Leroy Merlin (sobretudo do lado onde foi recentemente construído um edifício); situações similares existem em Palmeira, na Reta de Sequeira, algumas responsabilidade do Município, outras das Infraestruturas de Portugal, mas a verdade é que sobretudo nesta época de chuvas devemos ter especial cuidado na manutenção destas vias. O segundo assunto prende-se com a *criação de um Gabinete de Apoio*, criado entre o Município, a INVEST Braga e a Associação Comercial de Braga, denominado GATE – Gabinete de Apoio ao Tecido Empresarial, tendo esta medida sido divulgada em dezembro de 2020. Ora, recordou o Sr. Vereador que em março do mesmo ano, o PS sugeriu a criação de um gabinete de crise que apoiasse as pequenas e médias empresas

face àquilo que eram as consequências futuras do COVID 19. Na altura esta proposta foi "chumbada" pela maioria, pelo que, no entender do Sr. Vereador, parece existir um "centro de reciclagem de ideias do PS". Por último, foi feita referência à Bragahabit, EM. onde, apesar da obrigatoriedade do teletrabalho e do uso de equipamentos de proteção individual, parecem existir acordos, de livre arbítrio para se definir estas regras. O Sr. Vereador referiu ter conhecimento que existe um surto dentro da empresa municipal, fruto do incumprimento das regras estabelecidas. **A Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)** fez referência ao envio de informação relativo aos fundos de maneio do Município, agradecendo o seu envio e solicitando, para que a informação fique completa do ponto de vista do escrutínio e da fiscalização e em nome da transparência, que as tabelas que chegaram unicamente com os valores indicados sem nenhuma explicação ou justificativa, sejam completadas por forma a ficarem percetíveis. A isto sugeriu o **Sr. Presidente** que a Sr.ª Vereadora se deslocasse aos serviços para consultar toda a documentação que entenda necessária, ao que a Sr.ª Vereadora anuiu. -----

Quanto às questões suscitadas pelo **Sr. Vereador Artur Feio**, referiu o **Sr. Presidente** que não tem conhecimento de qualquer surto na Bragahabit, EM ou que a situação relatada corresponda à verdade; o que foi corroborado pela Sra. Vereadora Olga Pereira; quanto aos buracos nas estradas, a Câmara Municipal tem um serviço de resposta a estas situações bastante mais ágil que no passado, sendo elevada a celeridade na resposta face ao reporte de situações desta índole. Além disso, muitas das situações reportam-se a vias que estão sob a alçada das infraestruturas de Portugal, cuja resposta não tem sido tão ágil quanto a das vias municipais. -----

#### ----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

**Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de S. Vitor.** -----

Começou o Sr. Presidente da Junta por referir que está consciente que a matéria que o levou a fazer a intervenção não é incumbência direta do Município de Braga, mas ainda assim entendeu que deveria deixar o seu alerta e demonstração da sua preocupação acerca da forma como irão decorrer as eleições presidenciais do próximo dia 24 de janeiro. Assim, entende que será uma irresponsabilidade promover um ato eleitoral na sua freguesia, nos moldes em que estão desenhados. Efetivamente, preparar um ato eleitoral com 22 mesas vai ser uma tarefa hercúlea; isto porque, estando o País a caminhar para um novo confinamento, este ato eleitoral implica o trabalho de 110 pessoas- o que representa uma massa humana significativa- de pessoas que estarão 12 horas dentro de um espaço fechado. Ora, representando a sua freguesia um universo que abrange 25.500 pessoas, parece-lhe que este ato se revela contraproducente. Este é um alerta de que, às 08h da manhã do dia 24 de janeiro, ter de abrir o ato eleitoral, mas não ter pessoas suficientes para conseguir abrir determinadas secções de voto, fruto do medo das pessoas, que não se sentem preparadas ou não



querem, fazer parte das mesas eleitorais, recenado não conseguir adotar atempadamente mecanismos que permitam fazer a sua substituição. A sua intervenção constitui assim um apelo de ajuda, no sentido de tomar medidas para sensibilizar o Governo (embora saiba da complexidade do quadro legal para fazê-lo) para o adiamento do ato eleitoral, já que, de outra forma, podemos não ter condições suficientemente blindadas, para garantir que este ato seja suficientemente estável. Além disso, o facto de vivermos numa época em que terá de se quebrar um confinamento para que as pessoas participem no ato eleitoral, leva a antever records históricos nos números da abstenção, o que nada abona à democracia. -----

**ENCERRAMENTO:** Às 11h e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.-----

